

Argo Energia
Empreendimentos e
Participações S.A. e
Controladas

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo de contrato de concessão

Veja as notas explicativas 3.14 e 8 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Assunto

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 apresenta o saldo de ativo de contrato de concessão no montante de R\$ 5.635.257 mil, reconhecido em contrapartida da receita de construção da infraestrutura de transmissão e da receita de remuneração do ativo de contrato da concessão.

A modelagem financeira utilizada na mensuração do ativo de contrato de concessão inclui entre outros elementos, a determinação de custos e conseqüentemente margens de lucratividade referentes à receita de construção e de melhoria e de operação e de manutenção da infraestrutura de transmissão, que são calculadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da Receita Anual Permitida (RAP) do leilão e em relação aos custos para a construção, melhoria e operação e manutenção da infraestrutura de transmissão. Adicionalmente, devido à característica de longo prazo do ativo de contrato de concessão, a modelagem financeira também inclui a determinação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros provenientes da RAP.

Devido à relevância do saldo do ativo de contrato de concessão e ao grau de julgamento para a determinação da margem de lucratividade de construção da infraestrutura de transmissão, de operação e manutenção e para a determinação da taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, a mensuração do ativo de contrato de concessão foi considerada significativa para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Obtenção dos cálculos elaborados pela Companhia para mensuração do ativo de contrato de concessão;
- (ii) Análise dos fatores considerados pela Companhia para determinação da margem de construção da infraestrutura de transmissão e margem de operação e manutenção, incluindo inspeção documental dos custos incorridos em relação ao custo total estimado;
- (iii) com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos a avaliação da metodologia de cálculo utilizada pela Companhia para a mensuração do ativo de contrato incluindo avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas, especificamente a margem de lucratividade da receita de construção e de operação e manutenção, assim como, a taxa de desconto;
- (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do ativo de contrato da concessão, os quais não foram registrados e/ou divulgados pela Administração, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração do saldo de ativos de contrato de concessão, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício anterior
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 13 de março de 2020, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro



(IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as



divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	70	16	1.065	716	Fornecedores	11	268	1.115	72.404	68.494
Títulos e valores mobiliários	5.1	3.733	24.186	284.356	370.003	Financiamentos	17	-	-	5.851	-
Contas a receber de clientes	6	-	-	55.955	51.133	Debêntures	18	-	-	46.505	-
Despesas pagas antecipadamente	7	19	25	497	579	Imposto de renda e contribuição social		-	-	897	-
Ativo de concessão	8	-	-	137.283	135.543	Obrigações tributárias	12	11	73	10.453	8.603
Outros tributos a compensar		812	-	883	-	Encargos sociais e trabalhistas	13	-	-	15.327	9.121
Impostos a recuperar		-	-	-	9.098	Obrigações regulatórias	14	-	-	4.914	1.221
Contas a receber - Partes relacionadas	29	-	-	41	-	Dividendos a pagar		11.785	5.694	11.785	5.694
Outros créditos		88	27	49.201	1.140	Ações preferenciais resgatáveis	15	983	9.908	983	9.908
						Contas a pagar - partes relacionadas		-	22	-	-
						Provisões	16	-	-	3.558	21.233
						PIS e COFINS diferidos	19	-	-	12.699	12.699
						Outros Passivos		-	-	2.770	-
Total do ativo circulante		4.722	24.254	529.281	568.212	Total do passivo circulante		13.047	16.812	188.146	136.973
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Dividendos a receber	9	6.899	6.750	-	-	Financiamentos	17	-	-	2.323.513	2.007.458
Despesas pagas antecipadamente	7	-	-	1	286	Debêntures	18	-	-	531.099	516.397
Ativo de concessão	8	-	-	5.497.974	4.105.571	Ações preferenciais resgatáveis	15	200.000	200.000	200.000	200.000
Impostos a recuperar		-	812	-	1.324	Provisões	16	-	-	23.823	24.781
Fundos vinculados – Caixa Restrito	5.2	-	-	133.150	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	26 b)	-	-	666.433	251.356
Investimentos	9	1.988.235	1.392.369	-	-	PIS e COFINS diferidos	19	-	-	488.319	373.766
Imobilizado	10	-	-	24.350	17.393						
Intangível	10	-	-	23.386	25.318						
Total do ativo não circulante		1.995.134	1.399.931	5.678.861	4.149.892	Total do passivo não circulante		200.000	200.000	4.233.187	3.373.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital Social	20	528.483	528.483	528.483	528.483
						Reservas de capital	20	(54.664)	43.049	(54.664)	43.049
						Reservas de lucros	20	1.159.444	485.434	1.159.444	485.434
						Dividendos adicionais propostos	20	153.546	150.407	153.546	150.407
TOTAL DO ATIVO		1.999.856	1.424.185	6.208.142	4.718.104	Total do patrimônio líquido		1.786.809	1.207.373	1.786.809	1.207.373
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.999.856	1.424.185	6.208.142	4.718.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	23	-	-	1.732.217	1.764.723
CUSTO DO BENS CONSTRUÍDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	24	-	-	(309.652)	(925.492)
LUCRO BRUTO		-	-	1.422.565	839.231
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	24	(81.303)	(7.503)	(118.324)	(37.744)
Resultado da equivalência patrimonial	9	728.078	482.443	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		646.776	474.940	1.304.241	801.487
Receitas financeiras	25	292	2.437	7.400	19.927
Despesas financeiras	25	(5.924)	(18.364)	(265.231)	(232.650)
RESULTADO FINANCEIRO		(5.632)	(15.927)	(257.831)	(212.723)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	459.013	1.046.410	588.764
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	26 a)	-	-	(14.100)	-
Diferidos	26 a)	-	-	(391.166)	(129.751)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		641.144	459.013	641.144	459.013
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO)	27	1,77824	0,86855	-	-
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (DILUÍDO)	27	1,77824	0,85266	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	641.144	459.013	641.144	459.013
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>641.144</u>	<u>459.013</u>	<u>641.144</u>	<u>459.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Subscrito e integralizado	Reserva De capital	Reserva legal	Reserva de lucro	Dividendos Adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		528.483	2.993	13.810	204.140	-	-	984.681
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	459.013	459.013
Reserva de remuneração baseada em ações		-	3.295	-	-	-	-	3.295
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Constituição de Reserva legal		-	-	22.951	-	-	(22.951)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(4.361)	(4.361)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	150.407	(150.407)	-
Reserva de Lucro		-	-	-	281.294	-	(281.294)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		528.483	6.288	36.761	485.434	150.407	-	1.207.373
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	641.144	641.144
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reversão reserva de remuneração baseada em ações		-	(93.009)	(2.974)	-	-	-	(95.983)
Constituição de Reserva legal	20	-	32.057	-	-	-	(32.057)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	-	(6.091)	(6.091)
Dividendos adicionais propostos	20	-	-	-	-	3.139	(3.139)	-
Aplicação Ofício Circular 04/2020 - CVM	3.14	-	-	-	40.366	-	-	40.366
Reserva de Lucro	20	-	-	-	599.857	-	(599.857)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.483	(54.664)	33.787	1.125.657	153.546	-	1.786.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		641.144	459.013	641.144	459.013
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26 (a)	-	-	391.167	128.169
Provisão para PIS e COFINS diferidos	19	-	-	114.553	159.674
Amortização Direito de concessão	10	-	-	888	739
Remuneração do ativo de concessão	8 e 23	-	-	(671.364)	(528.530)
Receita de construção e eficiência na implementação da infraestrutura	8 e 23	-	-	(1.200.019)	(401.487)
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	25	(292)	(2.437)	(7.400)	(19.927)
Resultado de equivalência patrimonial		(728.078)	(483.443)		
Depreciação	10	-	-	1.950	224
Despesas com stock options	20	28.856	3.295	28.856	3.295
Juros sobre debêntures e amortizações	17 e 18	5.668	8.908	244.127	206.882
		(52.702)	(12.664)	(456.098)	8.052
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(4.822)	99.575
Ativo de concessão	8	-	-	458.607	(1.043.752)
Impostos a recuperar		-	(812)	9.467	(10.422)
Despesas pagas antecipadamente	7	6	(20)	367	11.711
Partes relacionadas		-	153	-	131
Outros créditos		(61)	1.137	(48.061)	4.981
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	(847)	877	(23.536)	3.192
Encargos e obrigações trabalhistas	13	-	-	6.206	1.621
Obrigações tributárias	12	(62)	42	1.850	(4.656)
Obrigações regulatórias	14	-	-	3.693	1.221
Partes Relacionadas		(22)	-	(41)	-
Imposto de renda e contribuição social		-	-	38.907	-
Outros passivos		(29)	-	2.770	-
Juros sobre ações preferenciais		-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	5	20.745	(12.067)	93.047	173.909
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(32.972)	(23.354)	82.356	(754.437)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(14.028)	-
Caixa líquido (usados nas) gerados das atividades operacionais		(32.972)	(23.354)	62.660	(754.437)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	10	-	-	(7.863)	(15.415)
Aquisição de controladas	9	-	(81.988)	-	(81.988)
Dividendos recebidos		164.891	-	-	-
Aumento (redução) de capital em controladas		7.550	(94.035)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		172.441	(176.023)	(7.863)	(97.403)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de Financiamentos e debêntures	17 e 18	-	-	126.802	648.835
Fundos vinculados – Caixa restrito	20	-	-	(47.503)	-
Ações preferenciais resgatáveis	15	(14.593)	200.000	(14.593)	200.000
Pagamentos baseado em ações		(124.822)	(728)	(124.822)	(728)
Caixa líquido (usados nas) gerado pelas atividades de financiamento		(139.415)	199.272	(60.116)	848.107
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		54	(105)	349	(3.733)
Caixa proveniente da aquisição				-	145
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	70	16	1.065	716
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	16	121	716	4.304
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		54	(105)	349	(3.733)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-	1.139.542	1.402.058
Receitas relativas à operação de ativos próprios	-	-	92.450	9.823
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	671.363	528.530
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIRO				
Serviços de terceiros	(52.445)	(4.288)	(337.328)	(931.567)
Materiais	-	-	(1.434)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	(52.445)	(4.288)	1.564.593	1.008.844
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(888)	(739)	(2.838)	(739)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(53.333)	(5.027)	1.561.754	1.008.105
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	728.966	483.182	-	-
Receitas financeiras	292	2.437	7.400	19.927
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	675.925	480.592	1.569.154	1.028.032
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	675.925	480.592	1.569.154	1.028.032
Pessoal	28.856	3.215	86.149	30.930
Remuneração direta	28.856	3.215	78.693	27.225
Benefícios	-	-	5.288	2.668
FGTS	-	-	2.168	1.037
Impostos, taxas e contribuições	2	-	265.217	318.849
Tributos federais	2	-	265.217	318.849
Remuneração de capitais de terceiros	5.924	18.364	265.231	219.240
Juros	5.924	18.364	265.231	219.240
Remuneração de capitais próprios	641.144	459.013	641.144	459.013
Lucro líquido do exercício	641.144	459.013	641.144	459.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Participação - %	
	31/12/2020	31/12/2019
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	100%	100%

a. Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção,

comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$2.500.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$478.729 (valor para o ciclo 2020-2021) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação comercial parcial, dessa forma, antecipando o início de recebimento parcial da RAP em cerca de 21 meses.

A receita que é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

b. Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia estima finalizar a construção do empreendimento em janeiro de 2022, e o investimento total previsto é de aproximadamente R\$148.700. A RAP foi determinada em R\$39.400 (valor original) e atualizada para R\$44.607 (valor para o ciclo 2020-2021), com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o

Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c. Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4,230 kV, com extensão de 145 km; Unha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de 9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022 e a Companhia tem a previsão de concluir sua construção em julho de 2022. Atualmente, a Argo III encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional.

A Argo III conta com aportes que serão realizados pelos acionistas e captação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para honrar seus compromissos financeiros e, conseqüentemente, a conclusão do projeto. Os referidos aportes estão respaldados nas obrigações contidas no plano de negócios da Companhia.

O investimento total previsto é de aproximadamente R\$562.292. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$81.175 (valor para o ciclo 2020-2021), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo III.

1.1 Impactos da COVID-19

De acordo com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando atentamente os impactos do COVID-19 em seus negócios onde avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostraram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas seguem no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Durante esse período de pandemia as obras na controlada Argo II sofreram uma paralização devido ao decreto da prefeitura de Janaúba o qual não teve impacto relevante no cronograma de andamento da obra. A Companhia implementou ações para garantir o fluxo normal de seus negócios e atividades, como: ampliação do trabalho remoto para as áreas de administrativas, postergação dos pagamentos de impostos, restrições de viagens, disponibilização de canal para orientação médica via telefone. Até o momento a Companhia não identificou impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nestas informações financeiras.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro “*IFRS – International Financial Reporting Standards*”, emitidas pelo “*IASB – International Accounting Standards Board*”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as orientações, interpretações e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeira foi aprovada e autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo

histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 26).

3 Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia (controladora).

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática de conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das

controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais eliminações no processo de consolidação foram as seguintes:

- Saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas.
- Participações no capital e reservas das empresas consolidadas.
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Instrumentos financeiros

A IFRS 9 (CPC 48) simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias principais:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor por meio do OCI – Outros Resultados Abrangentes, dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais.

No que diz respeito ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve mudanças em relação aos critérios atuais.

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Caixa, equivalentes de caixa	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Financiamentos	Custo amortizado
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado
Ações preferenciais	Custo amortizado

3.4 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

Para a controlada ARGO II, o imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo método do lucro presumido, regime caixa, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017, no qual as bases são obtidas a partir da aplicação de 8% para Imposto de Renda e 12% para Contribuição Social, acrescidas do total de receita financeira durante o exercício. Sobre a base de cálculo aplicam-se as alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$ 240 ao ano para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

3.5 Patrimônio líquido

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.6 Pagamento baseado em ações

O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga conforme CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, é registrado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas preparadas pela Companhia. As opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. Para maiores entendimentos, vide nota explicativa nº 21.

3.7 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza da Companhia e sua distribuição durante determinado período. Conforme requerido pela legislação societária brasileira, é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS's. Sua elaboração foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e

seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Essa demonstração reflete em sua primeira parte:

- (a) A riqueza auferida pela Companhia, representada por suas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável);
- (b) Os insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e a recuperação de valores ativos);
- (c) O valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas);
- (d) E a segunda parte da DVA reflete:
- (e) A distribuição da riqueza entre os grupos: pessoal; impostos; taxas e contribuições; remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.8 Demonstração dos fluxos de caixa

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com a deliberação da CVM – Comissão de Valores Mobiliários nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.9 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação.

O resultado por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas.

3.10 Reconhecimento e mensuração de receita e do Ativo de concessão

As subsidiárias da Companhia possuem contratos de concessão de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente, que incluem obrigações de desempenho relacionadas à construção e melhoria da infraestrutura de transmissão de energia elétrica e à operação e manutenção dessa infraestrutura.

Os contratos de concessão estabelecem que mesmo após o cumprimento da obrigação de desempenho de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão, as subsidiárias da Companhia ainda devem cumprir com a obrigação de desempenho de operação e manutenção com o objetivo de manter a disponibilidade da rede de transmissão de acordo com as exigências da ANEEL. Uma vez que o direito incondicional à contraprestação da receita de construção ou melhoria da infraestrutura depende do cumprimento da obrigação de desempenho de operação e manutenção, a receita é reconhecida em contrapartida de um ativo de contrato de acordo com o

CPC 47 (IFRS 15). Esse ativo de contrato passa ser classificado como Contas a Receber (ativo financeiro), a medida que a Companhia passe a ter direito incondicional à caixa.

Após a entrada em operação da infraestrutura de transmissão a Companhia será paga e remunerada através da Receita Anual permitida (RAP), cujos valores são determinados no contrato de concessão e recebidos mensalmente pela Companhia pela disponibilização da infraestrutura de transmissão de energia. A RAP inclui a remuneração pela construção e melhoria da infraestrutura, operação e manutenção e também um componente de remuneração financeira pelo prazo do contrato. Entretanto, os contratos de concessão definem somente o valor total da RAP, isto é, não estabelecem o valor da RAP por obrigação de desempenho.

(a) Reconhecimento e mensuração de receita:

As receitas provenientes da prestação de serviços são reconhecidas e mensuradas com base no CPC 47 (IFRS 15). Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- **Passo 1:** Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- **Passo 2:** Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- **Passo 3:** Determinar o preço da transação.
- **Passo 4:** Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- **Passo 5:** Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

A companhia reconhece receita conforme descrito abaixo:

- (i) Receita de construção: a obrigação de desempenho referente a construção da infraestrutura é satisfeita ao longo do período de construção. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de construção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na construção são reconhecidos como custo de construção quando incorridos. Eventuais ganhos decorrentes de entrada em operação antecipada são reconhecidos ao final do período de construção.
- (ii) Receita de remuneração do Ativo de concessão: refere-se a juros reconhecidos com base no método linear que são mensurados com base em uma taxa de remuneração sobre o saldo do ativo de contrato, que reflete uma transação de financiamento da construção da infraestrutura entre a Companhia e o Poder Concedente. A taxa de remuneração do ativo de contrato varia de 9,67% a 9,76% ao ano, dependendo do contrato de concessão.
- (iii) Receita de operação e manutenção: seu reconhecimento tem início após o período de construção e entrada em operação da infraestrutura, à medida que a obrigação de operar e manter a disponibilidade da infraestrutura é cumprida. A receita é reconhecida ao longo do tempo mensurando o progresso em relação ao cumprimento total dessa

obrigação de desempenho, com base no método de insumos. Essa receita é mensurada tendo como base os custos de operação e manutenção incorridos em relação aos custos totais esperados, acrescidos de uma margem de lucratividade estabelecida pela Administração da Companhia. Eventuais ganhos ou perdas decorrentes de eficiência ou ineficiências na operação e manutenção são reconhecidos como custo quando incorridos. Embora a receita seja reconhecida ao longo do tempo, o ciclo da receita de operação e manutenção é mensal.

(b) Reconhecimento e mensuração do Ativo de concessão

Conforme descrito acima o Ativo de concessão é reconhecido em contrapartida da receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão.

Adicionalmente, os contratos de concessão estabelecem que a Companhia deve construir e efetuar melhorias na infraestrutura de transmissão, sendo que e a contraprestação a ser paga pelo Poder Concedente por esse serviço de construção e melhoria será recebida pela Companhia ao longo do contrato de concessão. Como todos os 3 contratos de concessão detidos pelas subsidiárias da Companhia têm prazo de 30 anos (conforme descrito nas notas explicativas 1 (a), (b) e (c)), a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão.

O montante do Ativo de concessão é mensurado com base em uma modelagem financeira que desconta a valor presente os fluxos de recebimentos futuros provenientes da RAP, com base em uma taxa de juros que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos. Essa taxa considera os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.

A receita de construção ou melhoria da infraestrutura de transmissão e a receita de remuneração do ativo de contrato da concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.11 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

a. Ativos financeiros e ativos de contrato (concessão)

Um ativo de concessão não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos.

A redução do valor recuperável de um ativo de contrato é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento

subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

b. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

3.12 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um único segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica, que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que o Conselho de Administração da Companhia avalia a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2021.

A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis.

IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022.

IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo. Vigência a partir de 01 de janeiro de 2022. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.14 **Ofício-circular CVM SEP nº 04/2020**

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através do Ofício Circular nº 04/2020 de 1º de dezembro de 2020, forneceu orientação quanto a aspectos relevantes do CPC 47 e do CPC 48 (equivalentes às IFRS 15 e IFRS 9, respectivamente) para as companhias transmissoras de energia elétrica principalmente relacionados a: (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 – SE como Ativo de contrato; e (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão. Os efeitos da aplicação deste ofício estão demonstrados na nota explicativa nº 8.

4 **Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	-	-	186	368
Títulos de renda fixa CDB (*)	70	16	879	348
Total	70	16	1.065	716

(*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 20% do CDI, e todas as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

5 **Títulos e valores mobiliários**

5.1 **Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundo Santander Referenciado DI (*)	3.733	24.186	284.356	370.003
Total	3.733	24.186	284.356	370.003

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Santander Referenciado DI, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 94% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (101,30% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Não circulante

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conta Reserva (i)	133.150	-
Total	<u>133.150</u>	<u>-</u>

- (i) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

6 Contas a receber de clientes - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e Permissionárias	55.955	51.133
Total	<u>55.955</u>	<u>51.133</u>

7 Despesas pagas antecipadamente – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Seguros a apropriar	480	849
Outras despesas a apropriar	17	16
Total	<u>497</u>	<u>865</u>
Circulante	497	579
Não circulante	-	286

8 Ativo da concessão – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	4.222.205	3.602.366
Remuneração do ativo de concessão	1.107.443	574.212
Recebimentos	(477.240)	-
Ganho de eficiência (*)	742.483	-
Aquisição da Argo III	-	64.536
Ajuste Ofício Circular 04/2020 – CVM (i)	40.366	
Total	5.635.257	4.241.114
Circulante	137.283	135.543
Não circulante	5.497.974	4.105.571

(i) Refere-se aos impactos da adoção inicial do ofício circular 04/2020 – CVM, conforme descrito na nota explicativa nº 3.14.

Margens de Obrigações de Performance

	Consolidado	
	2020	2019
Margem de Construção		
Receita	403.203	1.401.692
Custos	(266.671)	(843.683)
Margem (R\$)	134.775	558.009
Margem Percebida (%)	33,4%	39,8%
 Margem de O&M		
Receita	92.450	-
Custos	(42.981)	-
Margem (R\$)	49.469	-
Margem Percebida (%)	53,5%	0%

A movimentação do saldo de contas a receber (ativo da concessão) é como segue:

Saldo em 31/12/2018	2.387.241
Receita de Construção	1.401.692
Remuneração do ativo de concessão	387.645
Aquisição da Argo III	64.536
Saldo em 31/12/2019	4.241.114
Receita de Construção	403.203
Remuneração do ativo de concessão	671.362
Recebimentos	(463.271)
Ganho de Eficiência (*)	742.483
Ajuste Ofício Circular 04/2020 – CVM	40.366
Saldo em 31/12/2020	5.635.257

(*) refere-se ao reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e

recebimento da TDL – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela ONS – Operador do Sistema Nacional.

9 Investimentos em controladas – controladora

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	1.964.636	1.367.883
Direito de Concessão (*)	23.599	24.486
Total	1.988.235	1.392.369

(*) Referem-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

- (a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96:

Controlada	Saldo em 31/12/2019	Amortização do direito de concessão	Diminuição de capital	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Direito de Concessão	Saldo em 31/12/2020
Argo I	1.187.449	-	-	(164.161)	592.502	-	1.615.790
Argo II	49.945	-	-	(788)	127.547	-	176.704
Argo III	154.975	(888)	(7.550)	(79)	25.684	23.559	195.701
Total	1.392.369	(888)	(7550)	(158.274)	745.733	23.559	1.964.636

Controlada	Saldo em 31/12/2018 (Reapresentado)	Aquisição Argo III	Amortização da exploração da concessão	Aumento de capital	Dividendos a receber	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Argo I	723.723	-	-	-	(6.595)	470.321	1.187.449
Argo II	16.930	-	-	22.223	(113)	10.905	49.945
Argo III	-	81.988	(739)	71.812	(42)	1.956	154.975
Total	740.653	81.988	(739)	94.035	(6.750)	483.182	1.392.369

(b) Informações relevantes sobre as controladas

31/12/2020								
Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.006.299	3.384.633	1.621.666	1.274.404	636.522
Argo II	38.045.000	100%	38.045	403.850	226.347	177.503	215.829	84.075
Argo III	116.250.000	100%	116.250	776.303	604.082	172.221	241.984	8.369

31/12/2019								
Controlada	Quantidade total de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
Argo I	499.811.000	100%	499.811	3.985.268	2.797.819	1.187.449	1.341.549	470.321
Argo II	38.045.000	100%	38.045	124.971	75.026	49.945	91.131	10.905
Argo III	123.800.000	100%	123.800	559.073	428.585	130.488	338.710	4.418

(c) Aquisição da Argo III

Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das cotas da Argo III, conforme divulgado na nota explicativa nº 1.c, com o objetivo de ampliar seus investimentos no setor de transmissão de energia elétrica.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 29 de outubro de 2018, tendo sido finalizada em 28 de fevereiro de 2019, após aprovações dos órgãos reguladores.

O montante total da transação foi de R\$81.988, composto por um pagamento de R\$66.988, em 28 de fevereiro de 2019, e o restante do montante de R\$15.000 pago no início do terceiro trimestre de 2019.

A alocação final dos ativos e passivos a valor justo é como segue:

31/12/2019			
	Custo histórico (a)	Ajustes a valor justo	Ativos e passivos a valor justo (b)
Ativos circulantes:	145	-	145
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	1
Depósitos judiciais e cauções			
Ativos não circulantes:			
Contas a receber - ativo financeiro	64.536	-	64.536
Despesas antecipadas	752	-	752
Impostos e contribuições sociais diferidos	172	-	172
Imobilizado	151	-	151
Contrato de Concessão	-	25.226	25.226
Passivos circulantes			
Fornecedores	(45)	-	(45)
Impostos e contribuições sociais	(21)	-	(21)
PIS e COFINS diferidos	(5.970)	-	(5.970)
Impostos e contribuições sociais diferidos	(2.582)	-	(2.582)
Retenção contratual	(377)	-	(377)

Contraprestação transferida	56.762	25.226	81.998
Ativos líquidos adquiridos Preço pago alocado:			56.762
Mais valia contratos de concessão			25.226
Contraprestação transferida			81.998

Informações adicionais à aquisição da Argo III

Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Exercício findo em 31/12/2019 (*)
Receita líquida	338.710
Custo dos bens construídos	(317.377)
Despesas	(3.115)
Resultado financeiro	(11.329)
Imposto de renda e Contribuição social	(2.471)
Lucro líquido	<u>4.418</u>

(*) Contempla o resultado do período entre 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2019.

O valor da transação foi alocado na data de aquisição aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis relacionados aos direitos e obrigações do contrato de concessão, o qual está sendo amortizado pelo prazo remanescente da concessão (28 anos). Consequentemente, o valor da transação foi alocado a ativos e passivos identificados e nenhum valor residual foi alocado como ágio (*goodwill*) nesta transação. A alocação do valor da transação está baseada em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por especialistas contratados pela Companhia.

10 Imobilizado e intangível – consolidado

(a) Imobilizado - Consolidado

	Taxa média depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e Equipamentos	6,71%	17.647	(1.085)	16.563
Veículos	13,16%	6.433	(623)	5.809
Móveis e utensílios	5,24%	1.082	(68)	1.014
Total		25.162	(1.776)	23.386

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como segue:

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2019
Máquinas e Equipamentos	929	10.399	726	(157)	11.897

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

Veículos	-	4.575	-	(57)	4.518
Benfeitorias	726	-	(726)	-	-
Móveis e utensílios	353	484	-	(10)	827
Aquisição Argo III	-	151	-	-	151
Total	2.008	15.609	-	(224)	17.393

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Máquinas e Equipamentos	11.897	5.751	-	(1.085)	16.563
Veículos	4.669	1.763	-	(623)	5.809
Móveis e utensílios	827	255	-	(68)	1.014
Total	17.393	7.769	-	(1.776)	23.386

(b) Intangível – Consolidado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Softwares	925	(174)	751
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	24.487	(888)	23.599
Total	25.412	(1.062)	24.350

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2019 e 2020 é como segue:

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2019
Softwares	874	-	(43)	831
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	-	25.226	(739)	24.487
Total	874	25.226	(782)	25.318

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Softwares	831	94	(174)	751
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	24.487	-	(888)	23.599
Total	25.318	94	(1.062)	24.350

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços - ativo em construção	-	-	486	62.183
Outros	268	1.115	71.918	6.311
Total	268	1.115	72.404	68.494

12 Obrigações tributárias - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Pis e Cofins	10.164	3.897
ICMS - diferencial de alíquota	108	2.214
ISS de terceiros	88	2.031
Outros tributos	93	461
Total	10.453	8.603

13 Encargos sociais e trabalhistas - consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de bônus	12.118	7.005
Provisão de férias	1.939	1.552
Salários	472	-
Encargos trabalhistas	798	564
Total	15.327	9.121

14 Obrigações regulatórias – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para P&D	2.569	271
Encargos regulatórios a recolher (*)	2.345	950
Total	4.914	1.221

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

15 Ações preferenciais resgatáveis

Controladora e Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Ações preferenciais resgatáveis	200.000	200.000
Juros	983	9.908
Total	200.983	209.908

Classificado como:		
Circulante	983	9.908
Não circulante	200.000	200.000

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$ 200.000 remunerados à taxa CDI, totalizando juros de R\$ 983 registrados em 31 de dezembro de 2020.

O prazo de resgate é até 30 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante.

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

16 Provisões – consolidado

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, a controladora Argo I estimou os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

A composição das provisões em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são:

	31/12/2020	31/12/2019
Compromissos socioambientais	2.245	3.410
Compensação ambiental	15.738	15.738
Regularização fundiária	5.985	6.078
Encerramentos contratuais	-	15.995
Outras provisões	3.413	4.793
Total	27.381	46.014
Classificado como:	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	3.558	21.233
Não circulante	23.823	24.781

17 Financiamentos – consolidado

Instituição financeira	Saldo em 31/12/2018	Captações	Juros incorridos e despesas amortizadas		Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos e despesas amortizadas		Saldo final 31/12/2020
						Captações		
BNDES (a)	1.285.255	301.791	131.436	1.718.482	-	132.415	1.850.897	
BNDES (b)	-	343.200	6.759	349.959	95.670	10.981	456.610	
BNDES (c)	-	63.800	1.106	64.906	79.754	42.028	186.688	
(-) Custos a amortizar	(71.496)	(59.956)	5.563	(125.889)	(48.622)	9.680	(164.831)	
Total	1.213.759	648.835	144.864	2.007.458	126.802	175.744	2.329.364	

Classificados como:

Curto prazo	-	-	-	-	-	-	5.851
Longo prazo	-	-	-	2.007.458	-	-	2.323.513

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$1.543.357. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado é de R\$95.670 (R\$343.200 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.
- c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado é de R\$79.754 (R\$63.800 em 31 de dezembro de 2019). O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/12/2020
2021	5.851
2022	75.501
2023	102.127
2024	112.707
2025	120.715
2026 em diante	2.077.294
Total	2.494.195

Garantias Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de novembro de 2021.

Argo II

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de setembro de 2022.

Argo III

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de março de 2023.

18 Debêntures

	Saldo em 31/12/2018	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2019	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2020
1ª emissão de debêntures	468.426	51.894	520.320	60.990	581.310
(-) Custos a amortizar	(4.139)	216	(3.923)	217	(3.706)
Total	464.287	52.110	516.397	61.206	577.604

Classificado como:

Circulante	-	-	-	-	46.505
Não circulante	-	-	516.397	-	531.099

Única emissão de debentures

Em 24 de agosto de 2018, a Controladora Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

Vencimentos	31/12/2020
2021	46.505
2022	39.238
2023	45.052
2024	53.771

2025	45.052
2026 em diante	351.692
Total	<u>581.310</u>

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021, preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

As controladas da Companhia possuem cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Possui também cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de dezembro de 2021.

19 PIS e COFINS diferidos – consolidado

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	220.821
Constituição	165.644
Saldos em 31 de dezembro de 2019	386.465
Constituição	61.857
Amortização diferido	(52.696)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>501.018</u>
Classificado como:	
Circulante	12.699
Não circulante	488.319

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

20 Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital subscrito é de R\$595.691, totalmente integralizado, sendo representado por 360.549.746 ações ordinárias e 38.155.607 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2020		31/12/2019		
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	Ações preferenciais	%
Pátria Infraestrutura III – FIP	-		284.902.102	-	71,45
ARGO Co-investimento – FIP	-		26.137.021	-	6,56
Somerville Investments B.V.	-		49.510.622	-	12,42
Red Electrica Brasil Holding Ltda.	180.274.873	50	-	-	-
Grupo Energia Bogotá S.A.	180.274.873	50	-	-	-
Itaú Unibanco S.A.	-		-	38.155.607	9,57
Total	<u>360.549.746</u>	<u>100,00</u>	<u>360.549.745</u>	<u>38.155.607</u>	<u>100,00</u>

A movimentação do capital social da Companhia em 2020 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Valor por ação	Capital integralizado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	286.746		398.482
Subscrição de capital em 1º de março de 2018	68.126	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 20 de março de 2018	-	1,76	16.476
Aumento de capital em dinheiro em 26 de março de 2018	-	1,76	103.524

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

	Quantidade de ações	Valor por ação	Capital integralizado
Subscrição de capital em 24 de outubro de 2018	5.678	1,76	-
Aumento de capital em dinheiro em 24 de outubro de 2018	-	1,76	1.374
Aumento de capital em dinheiro em 21 de novembro de 2018	-	1,76	7.902
Aumento de capital em dinheiro em 23 de novembro de 2018	-	1,76	725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>360.550</u>		<u>528.483</u>

Reserva de lucro – reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou R\$32.057 para constituição da reserva legal.

Retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou R\$599.856 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

O valor da reserva de lucros que exceder o montante do Capital Social, terá a destinação deliberada pela próxima AGO da Companhia.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia destinou R\$ 6.091 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	641.144	459.013
Reserva legal - (5%)	<u>(32.057)</u>	<u>(22.951)</u>
Lucro líquido ajustado	609.087	436.062
Dividendos mínimos obrigatórios – 1%	(6.091)	(4.361)
Reservas de lucros	(599.857)	(281.924)
Dividendos adicionais propostos	(3.139)	(150.407)

Total	(9.230)	(154.768)
Dividendo por ação ordinária	0,0255	0,429
Dividendo por ação preferencial	0,2419	4,056

21 Plano de opção de compra de ações

Em 12 de maio de 2017, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de opções de ações de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 4% do capital social da Companhia.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data da concessão com base no modelo de Black&Scholes de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Data	Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações				Premissas de valor justo			
	Opções outorgadas	Em circulação	Opções exercidas	Preço de exercício reais (*)	Precificação de opções reais	Volatilidade %	Taxa de juros livre de risco -%	Prazo de maturidade
2017	8.146.818	8.146.818	-	1,00	0,69	33,54	11,25	10 anos
2018	2.036.706	2.036.706	-	1,18	0,71	27,86	9,8	10 anos
2018	2.036.706	2.036.706	-	1,33	0,69	27,86	9,8	10 anos
2019	1.557.273	1.557.273	-	1,76	0,33	27,08	7,0	10 anos

(*) Valor de exercício na data da outorga, o qual é corrigido mensalmente pelo IPCA acrescido de 7% ao ano.

Para a volatilidade, considerou-se a oscilação histórica média de ações de empresas listadas em bolsa de valores (“B3”) que atuam em ramo semelhante ao da Companhia, para o período igual ao prazo de maturidade na data de mensuração do valor justo das opções. O prazo de exercício das opções foi baseado no comportamento esperado dos detentores das opções.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das Letras do Tesouro Nacional - LTN com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

As despesas referentes ao valor justo das opções concedidas reconhecidas no resultado dos exercícios findos de 2019, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito às opções de compras de ações, foram de R\$2.926, respectivamente, registradas na rubrica “despesas gerais e administrativas” (Controladora e Consolidado), sendo pagos R\$79 a título de direito de opção do plano.

Abaixo estão demonstrados os efeitos no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2020, bem como a movimentação da reserva de capital no referido período:

31/12/2020

Impactos no resultado do período

Valor pago aos participantes pelo cancelamento dos planos em 25 de março de 2020	124.822
Valor da aceleração das opções não consolidadas	1.269
Valor justo das opções na data do cancelamento	<u>(97.235)</u>

Impacto no resultado em 31 de setembro de 2020 **28.856**

Movimentação da reserva de capital

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019	9.245
Valor da aceleração das opções não consolidadas	1.269
Valor justo das opções na data do cancelamento	(97.235)

Saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 **(86.721)**

22 Provisões para riscos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja possível ou provável.

23 Receita operacional líquida – consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de construção	403.203	1.402.058
Receita de remuneração do ativo de concessão	671.363	528.530
Receita de operação e manutenção	92.450	9.823
Ganho de Eficiência	742.483	-
Outras receitas	(6.145)	-
Receita bruta	1.903.354	1.940.411
(-) PIS e COFINS sobre ativo de concessão	(111.225)	(159.873)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(52.203)	(13.938)
(-) Encargos regulatórios	<u>(7.709)</u>	<u>(1.877)</u>
Receita líquida	<u>1.732.217</u>	<u>1.764.723</u>

24 Custos e despesas por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros (*)	(52.312)	(3.682)	(334.021)	(921.692)
Material	-	-	(1.434)	-
Pessoal	(8)	(247)	(57.302)	(30.159)
Aluguéis	-	-	-	(611)
Arrendamento Mercantil	-	-	(1.071)	-
Seguros	-	(31)	-	(31)
Tributos	(2)	-	(217)	(99)
Depreciação	-	-	(1.950)	(224)

Efeitos da liquidação antecipada do plano de opção de compra de ações (vide nota explicativa nº 21)	(28.856)	-	(28.856)	-
Amortização do Direito de concessão	(888)	(739)	(888)	(739)
Outros	(125)	(3.543)	(2.236)	(9.681)
Total	(82.191)	(8.242)	(427.975)	(963.236)
Valores alocados a:				
Custos dos bens construídos e serviços prestados	-	-	(309.652)	(925.492)
Despesas gerais e administrativas	(82.191)	(8.242)	(118.323)	(37.744)

(*) Referem-se, substancialmente, aos custos de construção relacionados ao contrato de concessão.

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	292	2.437	7.343	19.909
Outras receitas financeiras	-	-	57	18
Total	292	2.437	7.400	19.927
Despesas financeiras:				
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(5)	(7)	(518)	(13.410)
Remuneração de partes relacionadas	-	-	-	-
Juros e variações monetárias	-	(9.908)	(246.437)	(207.882)
Outras despesas financeiras	(5.919)	(8.449)	(18.276)	(11.358)
Total	(5.924)	(18.364)	(265.231)	(232.650)
Resultado financeiro líquido	(5.632)	(15.927)	(257.831)	(212.723)

26 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado de 2020 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	641.144	459.013	1.046.410	588.764
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(217.989)	(156.064)	(355.779)	(200.180)

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

Ajustes permanentes:				
Equivalência patrimonial	247.849	164.283	-	-
Plano de opção por compra de ações	-	(1.120)	-	(1.120)
Efeito IN 1515 (b)	-	-	-	79.749
Despesas indedutíveis	-	(2.523)	-	(2.523)
Imposto de renda diferido não constituído	-	(721)	-	(721)
Outras adições e exclusões	<u>(29.860)</u>	<u>(3.855)</u>	<u>(49.487)</u>	<u>(4.956)</u>
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-	(405.266)	(129.751)
Alíquota efetiva	0%	0%	38%	22%

b. Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Ativo (a)</u>	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>-</u>	<u>33.878</u>	<u>(154.655)</u>	<u>(120.777)</u>
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo Fiscal (a)	-	38.037	-	38.037
Aquisição Argo III	-	172	(2.582)	(2.410)
Contratos de Concessão (b)	-	-	(166.206)	(166.206)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>72.087</u>	<u>(323.443)</u>	<u>(251.356)</u>
Contratos de Concessão (b)	-	(910)	(414.167)	(366.522)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>71.177</u>	<u>(737.610)</u>	<u>(666.433)</u>

- (a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão e possuem expectativa de recuperação a partir de 2021.
- (b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

27 Resultado por ação – controladora

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Resultado básico por ação		
Numerador:	641.144	459.013
Lucro líquido do exercício		
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	360.549.746	528.482.702
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	1,77824	0,86855
Resultado diluído por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	641.144	459.013
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	360.549.746	528.482.702
Efeito dilutivo do plano de opções sob a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação		9.848.297
Lucro líquido diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	1,77824	0,85266

28 Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros - Riscos de engenharia (*)	412.210
Seguros - Responsabilidade civil	50.000
Total	462.210

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais.

29 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou, no consolidado, R\$10.929, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	-	-	9.667	6.177

Pagamento baseado em ações	-	3.216	-	3.216
Pagamento de stock options	28.856	28.856	28.856	28.856
Encargos sociais	-	-	1.262	1.637
Total	28.856	32.072	49.452	39.886

30 Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2020</u>		
	Hierarquia do valor justo	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros:			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2	70	1.065
Títulos e valores mobiliários (a)	2	3.733	284.356
Custo amortizado:			
Contas a receber de clientes	3	-	5.635.257
Passivos financeiros:			
Fornecedores (b)	2	268	73.270
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.983	200.983
Financiamentos e debêntures (b)	2	-	2.329.364
Contas a pagar (partes relacionadas)	2	-	41
	<u>31/12/2019</u>		
	Hierarquia do valor justo	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros:			
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa (a)	2	16	716
Títulos e valores mobiliários (a)	2	24.186	370.003
Custo amortizado:			
Contas a receber de clientes	2	-	51.133
Passivos financeiros:			
Fornecedores (b)	2	1.115	68.494
Ações preferenciais resgatáveis	2	209.908	209.908
Financiamentos e debêntures (b)	2	-	2.523.855
Contas a pagar (partes relacionadas)	2	22	-

(*) Para maiores entendimentos, vide nota explicativa 3.13 b).

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o

pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.
- Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.
- Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data fimdo em 31 de dezembro de 2020.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$ 55.955 (R\$ 51.133 em 31 de dezembro de 2019).

Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Controladora:				

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2020

Fornecedores	268	-	-	-
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	-	200.000
Total	268	-	-	200.000
<hr/>				
Consolidado:				
Fornecedores	72.404	-	-	-
Financiamentos	18.608	210.789	261.713	2.953.532
Debêntures	79.245	102.462	116.281	687.349
Ações preferenciais resgatáveis	3.823	7.273	186.723	-
Total	174.080	320.524	564.717	3.640.881

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2020, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2020, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 2,75% ao ano, para o IPCA, é de 4,52% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2020 é de 4,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	1.065	26	22	15
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	284.356	7.820	5.865	3.010
Total			285.421	7.849	5887	3.925
Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	17	1.850.897	84.216	63.162	42.108
Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	17	643.298	29.077	21.808	14.539
Debêntures	Aumento do IPCA	18	581.310	26.275	19.706	13.138
Ações preferenciais resgatáveis	Aumento do CDI	15	200.000	5.500	4.125	2.750
Total			3.075.505	139.568	104.676	69.784

(*) Referente à controlada Argo I.

(**) Referente às controladas Argo II e Argo III.

31 Compromissos

A controlada Argo II possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	2021
Serviços	1.782
Materiais e equipamentos	9.861
Total	11.643

A controlada Argo III possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	2021	2022	Total
Serviços	7.699	63	7.762
Materiais e equipamentos	10.918	-	10.918
Total	18.617	63	18.680

32 Transações que não envolvendo caixa – consolidado

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, através de suas controladas, realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços - ativo em construção em contrapartida a fornecedores	551	63.298
Provisões para custo de construção	27.381	46.014
Receita de Construção	-	401.853

*Argo Energia Empreendimentos e
Participações S.A. e Controladas
Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de dezembro de 2020*

Total

27.392

511.165

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O